

	GLÉZIO ROCHA	
	Advogados Associados	OAB nº 1856

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CIANORTE DO ESTADO DO PARANÁ**

Processo n.º 0011331-18.2018.8.16.0069

(Pasta Interna – 1459/31672 - CPC)

ARCELLORMITTAL BRASIL S/A, sociedade anônima inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 17469701/0001-77, estabelecida em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Carandaí, nº 1115, 24º andar, Bairro Funcionários, CEP: 30130-915, conforme atos constitutivos já juntados, por seus advogados infra-assinados, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** da empresa **I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUCAO LTDA**, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados que esta subscrevem com fundamento no artigo 55, da Lei nº 11.101/2005 para oferecer

OBJEÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

pelos fundamentos a seguir evidenciados.

GLÉZIO ROCHA

Conforme consta dos autos, a empresa RECUPERANDA juntou o seu plano de recuperação judicial, conforme documento juntado no mov. 109.2. Houve publicação do edital cientificando os credores através do diário da justiça em 29.08.2019 para apresentação de objeções ao plano no prazo de 30 (trinta) dias nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.101/2005.

II – DO TERMO INICIAL DA CARÊNCIA

Conforme consta no item 6.2.3.2 que trata do pagamento aos credores fornecedores e prestadores de serviços, consta na "Proposta de Pagamento", especificamente no item "iii" sobre a carência de 24 (vinte e quatro) meses para pagamento, contados a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o plano de recuperação judicial, conforme deliberação da assembleia de credores.

Ocorre que o termo inicial da carência não pode estar vinculado ao trânsito em julgado da decisão que homologar o plano, pois deve ser computado a partir da concessão da recuperação judicial.

Com efeito, o termo inicial da carência está em contrariedade com o entendimento do Grupo Reservado de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no sentido de que o prazo de carência "deve ser computado a partir da concessão da recuperação judicial e não do trânsito em julgado" (TJSP, Agravo de Instrumento n. 2071301-80.2017.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 29-11-2017, rel. Des. Alexandre Lazzarini).

Vale dizer: "no que respeita à contagem do prazo da carência, deve-se levar em consideração a data da homologação do plano, e não de seu trânsito em julgado, seja para que os credores tenham a exata compreensão do termo inicial dos pagamentos, seja para não se constituir em mecanismo de desestímulo a interposição de recursos" [grifei] (TJSP, Agravo de Instrumento n. 2032067-23.2019.8.26.0000, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 10-06-2019, rel. Des. Sérgio Shimura).

Realmente, "a interposição de recursos contra a homologação, com a possibilidade de acesso às Instâncias Superiores, pode protelar demasiadamente o início dos pagamentos, com prejuízo para os credores, que até a solução final das lides ficarão sem receber parcela nenhuma de seu crédito" (TJSP, Agravo de Instrumento n. 2082802-02.2015.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 09-09-2015, rel. Des. Francisco Loureiro).

Ademais, nem se diga que o fato de o recurso contra a decisão homologatória ter sido interposto por credor - e não pela devedora e, portanto, de não restar evidenciado o intuito protelatório, poderia alterar a conclusão ora adotada. Com efeito, "não se pode retirar o direito dos credores de fazerem suas postulações recursais, impondo-lhes um ônus desproporcional ao exercício regular de direito, que torna incerto o termo final da carência" (TJSP, Agravo de Instrumento n. 2237786-36.2018.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 13-03-2019, rel. Des. Alexandre Lazzarini).

Assim, resta evidente que não há que se falar em início da carência para pagamento o trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação judicial eventualmente aprovado pelos credores, motivo pelo qual a credora apresenta objeção ao Plano apresentado nos autos.

III - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – ausência de juros

Conforme consta na cláusula 6.2.3.2 que trata da proposta de pagamento aos credores quirografários, impende evidenciar que não consta na forma de pagamento a inclusão de juros para acrescer aos montantes que serão pagos aos credores, conforme proposta a seguir evidenciada:

PROPOSTA DE PAGAMENTO.

Para saldar todos os valores referentes a créditos contratados junto às instituições financeiras e os valores em atrasos com fornecedores, a Recuperanda submete à Assembléia Geral de Credores, a seguinte proposta:

i) Forma de pagamento do valor total da dívida

Sobre o valor total da dívida, junto aos credores quirografários com Privilégio Geral (Classe III), será considerado um desconto (deságio) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida/contratação.

ii) Período de Correção dos Saldos Devedores.

Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29.10.2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).

iii) Carência - Capital e Juros.

24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

IV) Prazo de Amortização.

120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.

A primeira parcela vencendo no último dia útil do 25º mês partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial,

GLÉZIO ROCHA

conforme deliberação da assembleia dos credores, e, as demais, em igual data correspondente aos 119 meses subsequentes.

V) *Garantias.*

Serão mantidas as garantias reais originalmente contratadas e inclusive as fidejussórias outorgadas pela Recuperanda, ficando, no entanto, em relação aos terceiros devedores solidários ou coobrigados, suprimidas as garantias em geral, sejam reais, cambiais ou fidejussórias.

Ocorre Excelência que o conjunto dessas condições de pagamento tornam o plano apresentado excessivamente oneroso aos credores, demonstrando a nulidade ao menos parcial da cláusula acima referida, por inexistir juros e pelo fato do início do pagamento estar vinculado ao trânsito em julgado da decisão.

Imperioso ressaltar que o longo período para o cumprimento integral do plano de pagamento somado a forma de atualização monetária e a ausência da taxa de juros aplicada pela mora (Índice da Taxa Referencial - TR, criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997), constitui onerosidade excessiva a ser suportada pelos credores.

Em relação a aplicação de juros moratórios que não consta no plano de recuperação, faz-se necessária a alteração do plano para que conste a inclusão da aplicação de 1% ao mês nos termos do artigo 406 do Código Civil c/c artigo 161, §1º do Código Tributário Nacional, considerando que a aplicação inferior acarretará prejuízo demasiado aos credores sujeitos à Recuperação Judicial.

Nesse sentido é o entendimento exarado pelos Tribunais pátrios, conforme a seguir evidenciado:

GLÉZIO ROCHA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Recuperação judicial – Plano aprovado por assembleia de credores - Verificação de sua legalidade pelo Poder Judiciário – Possibilidade – Deságio que condiz com a situação de crise da empresa. Necessidade de adequação da correção monetária e de inserção dos juros legais (art. 406 do CC). Inserção de ofício, dispensando-se a convocação de AGC. Reconhecimento, ainda, da nulidade referente à cláusula que prevê a desobrigação dos avalistas, fiadores e coobrigados de responder pelos créditos originais. Provimento, em parte, para este fim. (TJSP - 2118271-46.2014.8.26.0000 - Agravo de Instrumento/Recuperação judicial e Falência - Relator(a): Enio Zuliani - Comarca: São Paulo - Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data do julgamento: 12/08/2015 - Data de registro: 18/08/2015)

Portanto, resta evidente a necessária alteração das referidas cláusulas do plano de recuperação para que sejam aplicados juros moratórios de 1% ao mês.

O artigo 47 da Lei 11.101/05 prevê que a recuperação judicial tem o objetivo de promover a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, com o fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.

Entretanto, a RECUPERANDA não pode impor sacrifícios excessivos e injustos àqueles que colaboraram e ainda colaboram com as atividades empresariais, seja por meio do fornecimento de produtos, serviços ou concessão de crédito, como é o caso da empresa que ora se opõe ao plano.

Obviamente, se a empresa devedora almeja prazo longo de carência para iniciar os pagamentos das parcelas propostas, e se o valor proposto para pagamento tem deságio elevado, tal situação evidencia que a empresa não pode ser considerada recuperável por suas próprias forças, mas sim, pelo sacrifício

GLÉZIO ROCHA

excessivo imposto de forma injusta àqueles que lhe deram crédito, por acreditar que ela cumpriria com suas obrigações.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 56 da Lei nº 11.101/05, se faz necessária a convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberação acerca do plano de pagamento apresentado e no caso de aprovação que as condições apresentadas sejam ajustadas por Vossa Excelência, levando em conta a possibilidade de verificação de sua legalidade pelo Poder Judiciário em relação às decisões da assembleia.

III – DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Levando em conta a necessidade de ajustes do plano de recuperação judicial para se enquadrar aos interesses dos credores que não poderão suportar onerosidade excessiva, a credora oferece a presente objeção que deverá ser acolhida, devendo Vossa Excelência, primeiramente, convocar a Assembleia Geral de Credoras para deliberação sobre as condições do plano e no caso de aprovação seja declarada a nulidade das cláusulas aqui questionadas.

Protesta pela concessão de prazo para juntada das custas pertinentes à distribuição do presente incidente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São Paulo, 09 de setembro de 2019.

Priscilla Pereira de Carvalho
OAB-SP 111.264

Cristiano Pacola da Conceição
OAB-SP 234.615